

# ***A MÃO-DE-OBRA, SUA VALORIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA EM MACAU E NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA\****

*José António Pinto Belo\*\**

A formação profissional e o desenvolvimento das qualificações dos recursos humanos constituem, neste fim de século, um dos maiores desafios sociais e económicos.

Todos os países e territórios, no contexto de uma economia sem fronteiras, estão colocados diante da mesma obrigação de desenvolver as competências da população activa a fim de lhes permitir adaptar-se às transformações das tecnologias e dos mercados.

Para além das diferenças sociológicas, culturais e económicas, nós, em Macau, partilhamos com os países desenvolvidos a mesma necessidade de actualizar os conhecimentos e as qualificações das pessoas. Macau é uma cidade pequena que ao longo de mais de quatrocentos anos tem permitido que as culturas chinesa e ocidental se encontrem e misturem num relacionamento pacífico, tolerante e aberto. Desta convivência nasceu uma terra feita de história, com um modo de ser diferente, assente numa vocação de intercâmbio cultural e comercial entre o ocidente e o oriente.

Inserido numa região que inclui o dinâmico poliedro formado por Macau, Hong Kong, Taiwan e Cantão, Macau não tem ficado alheio às oportunidades, tendo desenvolvido, sobretudo nos últimos anos, um conjunto de infra-estruturas, que a preparam para os desafios do séc. XXI.

Atingindo um rendimento *per capita* de cerca de 17.000 US, Macau tem condições excelentes para atrair e fixar investimentos de empresários que pretendam aproveitar as oportunidades de negócios que surgem nesta região, quer na área da indústria e da comercialização, quer na área dos serviços.

---

\* Versão revista da comunicação apresentada na Universidade da Califórnia, Centro de Estudos Europeus, Berkley, Estados Unidos da América, no Seminário «Macau, Gate to China», que se realizou em 14.02.1998.

\*\* Director da Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego.

Macau, apesar da sua diminuta dimensão, tem-se assumido como um parceiro válido na cooperação com a região em que se insere, tendo ainda boas relações institucionais e políticas com a União Europeia, configurando-se como um Centro Internacional de negócios e uma plataforma de ligação entre a R.P.C, e o exterior.

Macau teve um ciclo de grande crescimento há relativamente pouco tempo. Esse grande crescimento registou-se nas décadas de 70/80. Nos finais de 80 houve alterações significativas por razões exógenas. E tem sucedido sempre assim. A economia de Macau é extremamente aberta ao exterior e portanto muito sensível às influências externas. Neste caso foi a abertura da R.P.C. ao exterior. Com a abertura dessa grande Nação desenhou-se um novo enquadramento regional. É que a R.P.C. trouxe consigo mão-de-obra barata e abundante, muito terreno e grandes benefícios fiscais para os investidores.

Na década de 80 o crescimento de Macau foi de 7,7 por cento. Porém naquela década e sobretudo na década de 90 houve um crescimento intenso nos países desta região e, por isso, Macau ficou numa situação mais desfavorável que anteriormente, porque passou a ter de competir com outros países que produzem a preços mais baixos — Tailândia, Indonésia, Taiwan, Malásia, Vietnam, etc. —, tendo havido um grande afluxo de investimentos a esses países, investimentos que fundamentalmente, se situam em sectores de mão-de-obra intensiva, exactamente aqueles que predominam em Macau.

É assim que na década de 90 o crescimento de Macau desacelerou.

Entre 90 a 95 a economia de Macau cresceu 6,1 por cento, passando a ter outra dinâmica já que deixou de ser conduzida pelas exportações, mas sim pela procura interna, fundamentalmente pelo investimento em infra-estruturas (ponte, central de incineração, estádio e aeroporto).

Podemos considerar o ano de 1996 como o ano menos favorável já que o investimento na construção civil desceu, a área de brinquedos caiu 50 por cento, o turismo sofreu ligeiras quebras, e as receitas do jogo tiveram pela primeira vez uma quebra de 6 por cento.

Em 97, porém, houve bons indícios no quadro sócio-económico: a taxa de desemprego, desceu até aos 3 por cento; as importações que andavam negativas, aumentaram; o crédito às empresas e particulares aumentou atingindo valores próximos dos 10 por cento; os depósitos bancários também aumentaram em 12 por cento.

Sente-se hoje na economia de Macau um processo de ajustamento estrutural. O território caminha a passos largos para uma economia de serviços.

A recente inauguração de um aeroporto é pedra basilar da consolidação de uma autonomia e de uma marca de desenvolvimento próprio, proporcionando o acesso directo ao turismo internacional, reforçando o posicionamento de Macau como porta de entrada da China e plataforma de acesso a toda a região asiática, reforçando a ideia de Macau poder ser um centro de serviços relevantes.

Esta evolução do modelo de desenvolvimento de Macau não corta a sua ligação à indústria, já que são acarinhadas as empresas que pelo seu valor acrescentado, pela não utilização de mão-de-obra intensiva, pelo pagamento de salários compatíveis com o nível de Macau são espaço de criação de empregos estáveis.

O desenvolvimento de Macau está intimamente ligado à integração crescente das economias do Delta do Rio das Pérolas no actual processo de globalização, pensando, até, que a integração de Hong Kong na R.P.C. será uma pedra basilar na inserção deste país no movimento da internacionalização da economia.

Macau deve ser visto como um território que está numa zona fantástica. A R.P.C. teve taxas de crescimento no início dos anos 90 de 13 por cento, estando agora nos 9 por cento, tem autonomia nos planos económico, financeiro e monetário por mais de 50 anos e que possui grandes potencialidades. A região Ásia-Pacífico tem dinamismo. As recentes perturbações dos mercados cambiais e financeiros poderão conduzir a políticas restritivas e alguma diminuição nos investimentos, mas julgo que a eventual desaceleração não será de molde a pôr em causa o processo de desenvolvimento sustentado desta região.

Feita a fotografia de Macau no contexto do Delta do Rio das Pérolas, penso poder ter interesse uma perfunctória abordagem da situação do mercado de emprego para depois passar a falar do esforço que vem sendo desenvolvido no âmbito da valorização dos recursos humanos.

## **SITUAÇÃO ACTUAL DO MERCADO DE EMPREGO**

O mercado de emprego em Macau vem passando por algumas transformações que resultam do facto de o seu modelo de desenvolvimento passar a evoluir para uma economia de serviços, que acentuará a quebra dos sectores tradicionais — o têxtil e vestuário — e o potenciamento de investimentos do elevado conteúdo tecnológico e maior valor acrescentado, isto é, ir-se-ão reforçar as tendências para a terciarização da economia de Macau, face à existência dos bons transportes, rendas baratas, telecomunicações e mão-de-obra especializada.

O emprego caracteriza-se em termos de actividade económica por uma predominância do sector terciário, com 71 por cento do total do emprego.

Esta tendência verifica-se a partir dos anos 90.

Quanto à distribuição da população empregada em termos de habilitações, assiste-se hoje a uma situação bem diferente da do início dos anos 90: em 1992, 52 por cento desta população não possuía habilitações superiores ao ensino primário; actualmente tal percentagem caiu para 39,5 por cento.

Por outro lado as habilitações intermédias e superiores aumentaram; mais de 50 por cento da população empregada, tem hoje como habilitações o ensino secundário, sendo de relevar, em termos relativos,

a evolução da percentagem de pessoas habilitadas com o ensino superior no mercado do emprego, que de 5 por cento em 92 passou a representar 9 por cento em 1997. Também, o peso dos trabalhadores não qualificados tem vindo a diminuir de cerca de 20 por cento em 1992, para 16 por cento em 1997.

A população activa de Macau é de 206 000 pessoas, incluindo 198 400 milhares de pessoas com empregos e 6 mil de desempregados.

A taxa de desemprego é actualmente de 2,9 por cento o que reflecte uma tendência decrescente já que em 1995 o desemprego chegou a atingir os 4,5 por cento, fenómeno até então praticamente inexistente em Macau.

O desemprego apresenta em Macau aspectos curiosos. Ele não traduz uma situação de procura do primeiro emprego, uma vez que mais de 95 por cento dos desempregados já tiveram uma experiência de trabalho.

Em 1997, 63 por cento dos desempregados procuravam emprego há menos de 4 meses, o que se traduz numa melhoria, já que em 1996 a percentagem dos desempregados que procuravam emprego há menos de quatro meses era de 59,1 por cento.

A maior parte da população desempregada era proveniente dos sectores do comércio, restaurantes e hotéis (36,3%), das indústrias transformadoras (24,9%) e dos serviços sociais e pessoais (20,2%).

A distribuição da população empregada por sexos, continua mais ou menos equilibrada, havendo neste momento 55,4 por cento de homens no mundo do trabalho contra 44,6 por cento de mulheres.

O sector da indústria transformadora tem vindo a perder peso, muito embora no último trimestre tenha registado um aumento de 4,3 por cento.

Mais de metade (51,7%) dos desempregados têm idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos.

No segundo lugar surgem os indivíduos desempregados do escalão etário dos 14 aos 24 anos, com 28,7 por cento do total, sendo a maioria do sexo masculino.

Em terceiro lugar surgem os desempregados com 45 e mais anos, que representam 19,6 por cento sendo a maioria também do sexo masculino.

No segundo trimestre de 97, a população à procura de novo emprego constituía a grande maioria do total dos desempregados com cerca de 96 por cento, sendo a maior parte do sexo masculino.

Como causas do desemprego, o despedimento ocupa a maior fatia, representando 41,7 por cento do total dos desempregados à procura de novo emprego.

Cerca de 17,2 por cento dos trabalhadores invoca razões familiares ou pessoais como causa do desemprego. Em terceiro lugar, surge o fim do emprego temporário como razão justificativa do desemprego com 14,2 por cento. Em quarto lugar, surgem as condições insatisfatórias do trabalho com 13,7 por cento neste elenco das causas do desemprego.

Continua a verificar-se em 1997 que os desempregados se concentram nos níveis de escolaridade mais baixos. Cerca de 55 por cento dos desempregados estavam incluídos nos grupos "sem escolaridade" e ensino primário. Os desempregados com ensino secundário representam 40,7 por cento. Por último os desempregados incluídos no grupo ensino superior, representam apenas 4,5 por cento do total.

Macau não foge à regra que aponta no sentido de que os trabalhadores sem educação e formação engrossam as listas dos Centros de Emprego. E se por acaso arranjam emprego eles geralmente são precários e mal remunerados, tendo imensas dificuldades para se adaptarem às novas tecnologias e à nova geografia do emprego. Por isso, a Administração de Macau dá aos problemas do emprego e da formação profissional uma grande importância, permitindo a criação de condições com vista ao alargamento da oferta de formação profissional aos recursos humanos do território, numa opção estratégica de grande alcance, cujos principais efeitos no emprego, no crescimento e na competitividade vão surgir muito particularmente no próximo milénio.

E não admira que assim seja. No contexto actual marcado por uma evolução social e económica rápida, espera-se cada vez mais da formação profissional. Espera-se fundamentalmente que ela forneça as qualificações que procuram os empregadores, aumente a produtividade dos trabalhadores e permita encontrar soluções para alguns dos problemas sociais que se põem às sociedades.

Por isso todos os países e territórios, no actual contexto de uma economia sem fronteiras, são colocados diante da obrigação de desenvolver as competências da sua população activa, a fim de lhes permitir adaptar-se às transformações das tecnologias e dos mercados. Em Macau a resposta ao grande desafio que é o de se criar uma economia cada vez mais competitiva é uma tarefa que está a envolver toda a sociedade. Existe um Conselho Coordenador de Formação Profissional que tem atribuições importantes como órgão consultivo no domínio da formação, coordenação e avaliação da política de formação profissional.

É que existe a consciência que só através de acções coordenadas, num aproveitamento e rentabilização dos meios disponíveis, é possível uma maior eficácia do tecido produtivo, assente na melhor qualificação dos recursos humanos.

Todos querem em Macau níveis de crescimento económico mais elevados, mas também se quer que haja condições para se atingir uma cada vez mais completa utilização de todos os recursos disponíveis no território, sejam eles físicos ou humanos. E de tal modo que se venha a conseguir uma cada vez mais justa repartição dos benefícios que irão ser produzidos, num cenário sócio-económico com novos modelos de concorrência aos quais nenhum país ou território ficará imune.

Há em Macau condições objectivas para se ir cada vez mais fundo e mais longe na convergência de acções de formação profissional, quer sejam protagonizadas pela Administração ou pelos parceiros sociais. Há

novos espaços e novos meios financeiros. Daí estar convicto que o esforço que está a ser feito no âmbito da formação profissional irá dar um grande contributo à modernização do tecido industrial do território, única forma de Macau se poder continuar a afirmar no mercado internacional, cada vez mais competitivo e concorrencial.

A resposta criada em Macau, ao nível da formação profissional, passa pela formação inicial e contínua, por acções de aperfeiçoamento, pela reconversão profissional e pela aprendizagem. Várias instituições de Macau têm preocupações na área da Formação Profissional. Pela abrangência da sua intervenção, permito-me relevar as seguintes instituições:

- Os Serviços de Trabalho e Emprego, que têm levado a cabo acções de formação inicial, contínua, aperfeiçoamento, reconversão e aprendizagem. Na área de aprendizagem estes Serviços pretendem fundamentalmente, criar condições com vista à inserção dos jovens a partir dos 16 anos na vida activa, através de um modelo alternativo e complementar ao sistema escolar, aproximar cada vez mais as empresas da formação e dar certificação profissional e equivalência escolar. Nas outras áreas já referidas — formação inicial, contínua, aperfeiçoamento e reconversão — pretende-se, também, ir ao encontro das necessidades do mercado laboral, apostando-se, com o envolvimento dos parceiros sociais, numa formação para o emprego, que aliás, tem sido bem sucedida já que as taxas de colocação são superiores a 90 por cento, tendo havido também uma grande aposta na formação de formadores, a fim de se criar uma Bolsa de Formadores, para se elevar o nível da formação em Macau;
- O Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia, que tem uma actividade de formação orientada prioritariamente para o sector têxtil e vestuário e visa preparar estes sectores para enfrentarem um concorrência nos mercados mundiais cada vez mais agressiva;
- No domínio do turismo, que se pode considerar a mais importante actividade económica do Território, temos a Escola Superior de Turismo e a Escola de Turismo e Indústria Hoteleira que pretendem responder às necessidades de sector através de acções de formação profissional;
- Temos ainda o Centro de Formação Contínua e Projectos Especiais, especialmente vocacionado para a formação dos trabalhadores da Administração Pública mas que também inclui algumas acções visando o sector privado.

A formação profissional tem tido um papel decisivo na evolução do emprego, pelo que tem sido muito incentivada, sendo de salientar que, em qualquer das instituições referidas, o desenvolvimento de acções de formação profissional, em estreita colaboração com os agentes

económicos e sociais privados, tem assentado na avaliação da situação e da evolução do emprego e do mercado de trabalho, procurando sempre responder, em cada momento da sua concretização, às expectativas do desenvolvimento e das necessidades reais de formação das empresas.

No que concerne à legislação de suporte, permito-me relevar três diplomas legais, sendo um sobre o Regime de Aprendizagem que já aflorei, e os outros sobre a Certificação Profissional, que pretende ir ao encontro das necessidades de validar formações qualificantes, e sobre o Regime Geral de Formação Profissional onde se definem as grandes linhas da formação.

Os regimes jurídicos estabelecidos com estes três diplomas dão uma grande unidade, coesão e eficácia à formação, reforçando a sua crescente importância para o desenvolvimento e modernização da realidade empresarial de Macau.

Toda a filosofia de intervenção na formação profissional em Macau tem a marca de esperança. Esperança para todos os que por qualquer razão procuram emprego pela primeira vez ou ficam desempregados, para os quais é preciso criar condições que lhes permitam uma boa capacidade de adaptação e de polivalência profissional a fim de poderem encarar um mercado de trabalho cada vez mais exigente e selectivo. Por outro lado tem havido uma grande coerência de actuação por parte da Administração do Território no domínio do emprego e da formação profissional, usando esta como um instrumento privilegiado da política activa de emprego. Desta forma pretende-se dar aos trabalhadores condições para poderem participar, de corpo inteiro, nesta fase de novas oportunidades que existem em Macau.

Este é o retrato de Macau. Passarei agora a descrever o que se passa na R.P.C. ao nível dos esforços que vêm sendo feitos com vista à valorização dos seus inúmeros recursos humanos.

## **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CHINA**

A Ásia é uma região vasta e dinâmica que contém a maioria da população do mundo e joga um papel importante na economia do planeta.

Esta região apresenta uma grande diversidade de países que por sua vez se encontram em estádios diferentes de desenvolvimento e de transição. O novo desafio que é lançado aos países na Ásia e Pacífico consiste em assegurar uma repartição equilibrada das vantagens do crescimento e da atenuação da pobreza.

A criação do emprego produtivo é o meio mais eficaz para atenuar a pobreza, as desigualdades e a exclusão social. Assim, foi reconhecido na Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social que teve lugar em Copenhaga em 1995. Importa, por isso, criar emprego, mas um emprego de qualidade, convenientemente remunerado e com um mínimo de segurança social.

Face ao crescimento excepcional conhecido em numerosos países da região Ásia-Pacífico, um problema fundamental que se põe é o de saber se este crescimento rápido favoreceu a multiplicação do emprego produtivo, remunerado adequadamente e de qualidade elevada.

Num continente que abriga 2/3 dos pobres do mundo a elaboração e aplicação eficaz de medidas adequadas a acelerar o crescimento do emprego são a chave do sucesso porque elas permitem contrariar os desafios permanentes da pobreza e do desemprego em países super populosos.

Tenho a convicção que para implementar uma política adequada, os países devem ter em conta a aceleração universal das tendências de uma integração mais estreita da economia mundial e do ritmo rápido da liberalização que faz com que as economias caminhem, cada vez mais para uma economia de mercado.

Quase todos os países da Ásia conhecem esta evolução e para as economias em rápido crescimento, estas tendências implicam prosseguir uma internacionalização da produção, enquanto que para as velhas economias centralizadas, ela aponta para uma reorientação política. É o que está a suceder na China - um país dois sistemas — na Mongólia e no Vietname.

A R.P.C. pode ser integrada no grupo de países em transição para uma economia de mercado, juntamente com o Cambodja, Laos, Mongólia e Vietname. Mas embora haja este enquadramento, o que é certo é que a R.P.C. tem um certo número de pontos comuns com os países e territórios em vias de desenvolvimento da região — Coreia, Singapura, Taiwan, e Hong Kong, com a particularidade de este ser agora uma Região Administrativa Especial da própria R.P.C., como sabem.

É que a R.P.C. apresenta taxas elevadas de crescimento das suas exportações e grandes investimentos de fortes grupos económicos internacionais fundamentalmente na região costeira, nas chamadas Zonas Económicas Especiais, recebendo cerca de 75 por cento do total do investimento da Ásia.

Porém a construção da nova China, encetada nos últimos quinze anos, traz consigo novos problemas respeitantes à área sócio-laboral e, em particular, às questões de emprego e da formação profissional.

As relações entre o Estado e as empresas, entre o Estado e os trabalhadores ou entre as empresas e o seu pessoal, alteraram-se substancialmente com a abertura da R.P.C. Por outro lado, a alteração da estrutura empresarial fez nascer uma nova classe de trabalhadores, mais cônscios dos seus direitos e capazes de lutarem pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

É cedo para antever, em toda a sua extensão, os complexos efeitos que poderão ser suscitados pelo desemprego de largas dezenas de milhões de trabalhadores rurais e das empresas do Estado. Foi, porém, decerto a percepção de muitas dificuldades que irão surgir, num futuro próximo, que estão por detrás da publicação do novo Código de Trabalho da China, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1995, onde já se

encontram tratadas questões importantes da área do trabalho e emprego, nomeadamente:

- salário mínimo;
- segurança e higiene no trabalho;
- segurança social;
- inspecção das relações e condições de trabalho;
- formação profissional.

Estas preocupações que constituem fundamento comum às diferentes ordens jurídico-sociais dos países desenvolvidos, são verdadeiramente novas num país onde se estão a dar grandes transformações, criando-se em algumas zonas, verdadeiras conjunturas de sucesso. Porém, o crescimento significativo da R.P.C. obrigará a curtíssimo prazo, a encontrar respostas aos desafios novos que irão ser colocados à sociedade chinesa pelos problemas das falências de algumas empresas, desemprego, reestruturação industrial, concorrência, novas formas de produção da organização do trabalho, etc.

A curto prazo, estou certo, uma questão se vai colocar no debate sobre as dificuldades que vão surgir na economia e na situação social: é a da compatibilização entre, por um lado, o objectivo de sucesso económico das empresas chinesas num mercado cada vez mais competitivo, e por outro lado, a questão do emprego.

Ora parece-me que também aqui, entre outras soluções, a formação profissional será um caminho a seguir na R.P.C. como instrumento privilegiado das políticas activas de emprego.

Vejamos então a situação geral do desenvolvimento da formação profissional na China.

A China tem uma vasta quantidade de mão-de-obra. Nos finais de 1995 a população total era de 1.21 biliões. Estavam empregados 690 milhões de pessoas, dos quais 170 milhões, ou seja 24,6 por cento nas áreas urbanas e 520 milhões, ou seja 75,4 por cento, nas áreas rurais.

Sentindo que a evolução global da qualificação e especialização da mão-de-obra era o melhor caminho para a promoção do emprego e o desenvolvimento da economia, a China criou um sistema básico de desenvolvimento profissional adaptado às suas condições particulares.

Este sistema pretende combater o desemprego e dar resposta às preocupações da população empregada. Consiste principalmente na elaboração da classificação das profissões e normas sobre qualificação profissional, formação profissional, provas de experiência profissional, certificados de aptidão profissional, competições de experiência profissional, etc. Este sistema tem por objectivo realçar a capacidade de emprego da mão-de-obra e a competência do trabalho.

Os tipos de formação profissional existentes incluem formação inicial, reciclagem, aprendizagem e reconversão. Divididos com base nas normas sobre qualificação profissional, os níveis de formação são o elementar, o médio e o avançado.

As actividades de formação profissional são levadas a efeito por escolas de trabalhadores especializados (ETEs) e diversas instituições de formação profissional.

As instituições de formação profissional incluem centros de formação profissional (CFPs) administrados por repartições do trabalho aos vários níveis, instituições de formação administradas por linhas de produção e empresas e outras instituições de formação com objectivos de formação profissional, criadas por organizações de caridade, grupos sociais e indivíduos.

As ETEs da China são as grandes bases para a formação de trabalhadores. Os seus grupos alvo, são os alunos saídos do ensino secundário e os seus programas têm uma duração de três anos. Assemelha-se ao ensino técnico-profissional existente no Ocidente, mas com mais abrangência de intervenção.

Presentemente, existem 4521 ETEs no país, incluindo 865 ETEs sob a administração de repartições do trabalho aos vários níveis, 1368 ETEs sob a administração de ramos ministeriais e 1264 geridas por empresas.

O número total de alunos nestas escolas é de 1,98 milhões. Elas têm dado formação aos trabalhadores dentro das empresas, a civis e a militares, a desempregados e ao mesmo tempo têm formado jovens.

Actualmente, algumas ETEs com boas condições e elevada qualidade estão a tentar desenvolver escolas para trabalhadores mais qualificados ou a promover cursos de formação para esse tipo de trabalhadores.

Os CFPs são uma base importante para a formação de desempregados. Os CFPs têm como alvo, os desempregados e os jovens à procura do primeiro emprego. Os CFPs organizam formação prévia e reciclagem relacionada principalmente com a formação aplicada à prática, tendo uma duração de formação muito flexível, variando entre 1 a 3 meses e 6 a 12 meses.

Actualmente existem 2 700 CFPs no país com a capacidade de formação para 1.3 milhões de pessoas por ano.

A aprendizagem é uma modalidade de formação tradicional com mestres orientando aprendizes para a passagem de experiência e de técnica, produzindo assim trabalhadores qualificados.

Nos últimos anos, a China tem explorado modos de reformar o seu esquema de aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento de um novo modelo de aprendizagem, por meio do qual os aprendizes devem pôr em prática as suas capacidades nos locais de trabalho e estudar a teoria nas instituições de formação. Para isso, a China tem vindo a absorver e a incorporar experiências internacionais avançadas. Em 1995 existiam cerca de 5 milhões de aprendizes.

No que concerne à formação no local de trabalho, as empresas da China têm adoptado principalmente programas de ensino em tempo

livre, fora das horas de trabalho e em tempo parcial para a formação dos seus trabalhadores.

Os grandes objectivos da formação são o aumento da experiência dos seus supervisores, dos trabalhadores em postos de trabalho especiais ou críticos e a transmissão de noções gerais de formação a trabalhadores não qualificados.

Actualmente existem mais de 20 000 instalações de formação para trabalhadores, a receberem formação dentro das empresas, com uma capacidade de formação de mais de 30 milhões.

No que tange à formação de formadores, com o objectivo de incentivar este tipo de formação, o Ministério do Trabalho fundou em 1979 em Tianjan, o Colégio Técnico e Profissional para Professores para formar professores que possam ensinar programas, tanto de teoria profissional, como de experiência de produção.

Actualmente, a China tem 330 000 professores a tempo completo e a tempo parcial na formação profissional.

Em 1990, foi aprovado e publicado pelo Conselho de Estado o **Regulamento sobre a avaliação dos trabalhadores**, estipulando o estabelecimento do sistema básico de avaliação da China para níveis de qualificação profissional elementares, médios e superiores e para o apoio à prova e avaliação de trabalhadores semiqualeificados e trabalhadores qualificados.

Até ao presente, cerca de 340 000 trabalhadores semiqualeificados e mais de 2 000 trabalhadores qualificados foram avaliados e foram-lhes atribuídas funções. Em 1993, o Ministério do Trabalho da China publicou o **Regulamento sobre a prova de experiência profissional** que estabelece a prova de experiência profissional dos trabalhadores.

Em 1994, o Ministério do Trabalho publicou o **Regulamento sobre certificados de aptidão profissional**, o qual iniciou a implementação oficial do sistema de qualificação profissional. Este sistema foi mais tarde firmado em lei, através da **Lei do Trabalho**, publicada em Julho de 1994.

Os certificados de aptidão profissional traduzem o reconhecimento pelo Estado, da aprendizagem profissional dos trabalhadores, da sua experiência e da sua competência. Eles servem para a procura de emprego, a atribuição de funções e o estabelecimento de empresas independentes, sendo também a grande base dos empregadores para o recrutamento de mão-de-obra.

O estabelecimento e a implementação do sistema de certificados de aptidão profissional têm desempenhado um papel positivo na promoção da formação profissional e no realce da capacidade de emprego e experiência dos trabalhadores.

Como forma de incentivar a formação profissional a R.P.C. tem levado a cabo as **Competições de Experiência Profissional**. Elas são realizadas a três níveis, isto é, nacional, provincial, e ao nível do distrito e da cidade. A competição nacional é normalmente realizada de dois em dois anos.

Em 1993, a China organizou a sua primeira Competição Olímpica para Jovens Profissionais. Participaram mais de 1 milhão de trabalhadores jovens nas competições.

Em Outubro de 1995, a China realizou pela primeira vez o "Mês Nacional dos Profissionais", e durante o esse período, mais de 30 milhões de trabalhadores participaram em diversas acções de formação profissional e mais de 10 milhões de profissionais participaram em competições, envolvendo mais de 300 profissões.

Este sistema de competições, de criação recente, tem dado um grande empurrão em termos de sensibilização dos trabalhadores e dos empregadores e da sociedade em geral, para as vantagens do investimento na formação profissional.

As linhas mestras para atacar o futuro no âmbito da formação profissional vão assentar na resposta às necessidades do mercado de trabalho, tendo por objectivo o aumento da eficácia económica e a promoção do emprego através de um processo de elaboração e apropriação de meios para alargar as oportunidades de inserção no mercado de emprego dos desempregados e dos milhões de trabalhadores que todos os anos aparecem à procura de primeiro emprego, num contexto sócio-económico de alguma incerteza face ao emprego, coisa desconhecida até à pouco tempo na China. Os objectivos concretos, que aliás fazem parte até do 9.º plano quinquenal para o desenvolvimento económico e social até ao ano 2010, são fundamentalmente os seguintes:

1 — Formar uma rede de formação profissional abrangendo as áreas rurais e urbanas em estreita relação com as necessidades de desenvolvimento do emprego e da economia.

2 — Fazer esforços para formar uma mão-de-obra com cada vez mais trabalhadores altamente qualificados e trabalhadores qualificados e ainda formar trabalhadores de todos os tipos de níveis, permitindo-lhes a sua adaptação à reestruturação industrial e ao progresso tecnológico.

3 — Estabelecer gradualmente um mecanismo de estímulo favorável à promoção do desenvolvimento da formação profissional em ligação com as reformas do sistema nacional de emprego.

4 — Estabelecer gradualmente um sistema nacional relativamente completo de classificação de profissões e de normas para níveis de qualificação profissional.

5 — Promover o melhoramento da administração do sistema nacional de prova de experiência profissional e de certificados de aptidão profissional.

Como se vê a R.P.C. dá à formação profissional um estatuto importante no desenvolvimento da sua política económica e social, na percepção correcta que uma mão-de-obra educada e formada joga um papel essencial na competitividade de um país que cada vez mais assume um grande destaque no concerto das nações.

## CONCLUSÃO

É sabido que grande foi a frustração em 1978, quando a R.P.C. anunciou a abertura ao exterior e não deu prioridade ao estabelecimento de indústrias viradas para a exportação. Mas hoje, o vasto mercado de milhões de potenciais compradores dá novas oportunidade de negócios impensáveis há poucos anos atrás.

É aqui que Macau pode ter um papel fundamental, na óptica da globalização da economia, como entreposto comercial e financeiro e de promoção de iniciativas de cooperação empresarial não só com a R.P.C. mas também com todos os novos mercados emergentes na região da Ásia.

A lógica do funcionamento de uma pequena economia como é a de Macau, totalmente aberta ao exterior e por isso à mercê de condi-cionalismos fora do seu controle, requer instituições, empresas e recursos humanos capazes de rentabilizar todo as oportunidades.

Macau, também espaço da lusofonia, possui infra-estruturas físicas e humanas que visam consolidar a ideia de que as vantagens comparativas da economia de Macau residem na sua vocação internacionalista e na sua localização geográfica como estratégico ponto de penetração no mercado chinês.

Estão assim criadas condições para o sucesso de Macau para lá do séc. XXI, desde que se saiba tirar o máximo proveito das potencialidades que o Território possui.

